

KER 00172

O ESTADO DE S. PAULO

Invasão está levando kaingangues à revolta

SERGIO BECKER
Enviado Especial

Acuados em suas reservas, cada vez menores, com a ocupação sistemática dos agricultores; preocupados com o sustento dos filhos, chegando a ponto de passar fome; destituídos do pouco que restava de suas tradições; e atraídos pelos bens de consumo exibidos pelos vizinhos brancos, os remanescentes do grupo indígena kaingang no Rio Grande do Sul (2.500 em Nonoai e Guarita, os dois maiores postos) deixam transparecer nos seus atos a sua revolta. As ameaças se sucedem e muitos têm partido para a ação direta, destruindo roçados dos invasores.

"Não sei até quando vamos poder convencê-los a ter paciência", afirmava na semana passada a funcionária e professora da Funai em Guarita, Miriam Ribeiro. Ela contava que a revolta aparece no rosto de cada kaingang, quando se sugere a permanência dos colonos brancos em suas terras por mais alguns dias. Antes de qualquer argumento, os índios falam das armas dos brancos, da teimosia dos agricultores, da sua imensa vontade de vê-los longe de suas reservas, e da insistência com que os funcionários da Funai têm-lhe pedido paciência nos últimos meses.

No último dia 31 de julho, os brancos deveriam ter deixado as terras dos kaingangues. Não deixaram e, agora, uma comissão integrada por funcionários da Funai, do NCRA e do governo do Estado, estuda uma solução para o problema. Só que ela poderá vir tarde demais. Por enquanto, o confronto maior tem sido aliado. Mas à medida que a Funai perde o seu crédito junto aos indígenas, fica mais difícil prever quando virá a realfinal.



Fotos de Antonio Vargas

Um povo acuado, essa a melhor definição para os kaingangues. Mais que as terras, os brancos estão destruindo sua cultura.

Burocracia, um mal ainda maior que os recursos

Um dos grandes problemas, recentemente apontado pelo padre Egidio Schwade, secretário executivo interino do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) em relação aos postos da Funai, refere-se ao excesso de burocracia. Ao mesmo tempo em que a Fundação incentiva os postos a executarem projetos agrícolas, ela não permite uma auto gestão mais flexível, pois toda a produção precisa ser encaminhada para Brasília e, posteriormente, uma parte dela retorna à reserva de origem. Para o missionário Heinrich Guttiger, pastor da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, destacado para a reserva de Guarita, no Rio Grande do Sul, "o problema seria resolvido se uma parte da produção de cada granja fosse administrada pela própria chefia do posto e outra encaminhada à Fundação. Ele opina que "é muito difícil fazer o indígena entender que o recurso excedente aqui no Sul, por exemplo, servirá para auxiliar seu irmão do Norte".

Saúde
A maior queixa dos funcionários da Funai no Estado se relaciona com a falta de recursos para a assistência médica, que termina comprometendo a saúde dos indígenas. Depois de acentuar que a administração do posto de Guarita recebe Cr\$ 400,00 para cada três meses, o que "não dá sequer para abastecer a Kombi", a professora Zoraide Goulart dos Santos — há 7 anos trabalhando junto aos kaingangues — disse que "o setor da saúde é o que mais se ressentiu da falta de recursos, mesmo porque o Funarural não funciona para os colonos, e muito menos para os indígenas".

Ela contou o caso de uma índia que sofreu uma hemorragia pré-parto e, como a farmácia mantida pela Fundação só dispunha de medicamentos para hemorragia pós-parto, que são mais frequentes, a enfermeira resolveu adiantar as despesas de Cr\$ 105,00, com médico e medicação. No entanto, quando pretendeu reaver o dinheiro, a Funai queria saber porque não havia utilizado "os remédios disponíveis".

Outro problema está na aproximação do branco com o índio. Ainda recentemente, segundo funcionários da Funai no posto de Guarita, dois jovens indígenas mantiveram relações com prostitutas brancas e contraíram doenças venéreas. Embora cuidassem para que a doença não se alastrasse entre os indígenas, há poucos dias os

funcionários não tinham certeza de que isso tivesse sido evitado.

Aproximação
Outros prejuízos são causados pela aproximação com os brancos. Inclusive, um menino kaingang do posto de Votouro, de dez anos, ao redigir uma composição sobre a vida na reserva escreveu que "as mulheres costumam fazer objetos de artesanato, e que depois vão vender na cidade. Isto é muito bom — acentuou o indiozinho — mas na cidade elas vêem muita coisa para comprar, ficam muito tempo por lá e terminam entrando nos "bodegos" onde compram bebidas e voltam embriagadas e sem dinheiro para casa".
A perda dos hábitos e tradições indígenas é quase inevitável, também. Segundo funcionários da Funai, "um canto longo, anasalado e contínuo é a única canção que eles ainda mantêm, a qual entoam quando morre alguém. É um lamento e não passa disto. A gente, inclusive, fica sabendo que algum índio morreu quando ouve esse canto". Nas roupas, algumas mulheres e meninas ainda usam vestidos longos, coloridos e cheios de babados, que segundo algumas versões, teriam sido usados pelas mulheres que antigamente encenavam peças teatrais para os índios e que teriam caído no agrado do grupo.

Outro ponto discutível se situa no trabalho desenvolvido pelos missionários junto aos índios. Conta-se que uma freira, que trabalhou no posto de Ligeiro, no município de Tapejara, era muito devota e somente distribuía agasalhos e alimentos aos índios que também manifestassem grande devoção. Assim, lembrou a professora Zoraide dos Santos, "quando viam roupas ou alimentos para serem distribuídos, todos iam comungar para não deixar de receber alguma coisa".

Automóveis
Também se comenta que dois dos 1.300 kaingangues de Guarita já teriam comprado automóveis e a própria Andilândia Inácio, monitora que escreveu uma carta ao presidente da República tentando sensibilizá-lo para o problema dos kaingangues diante dos arrendatários e invasores, talvez se constitua num exemplo das mudanças ocorridas em relação ao consumo entre os índios. No último fim-de-semana ela viajou de ônibus para Ronda Alta, a fim de visitar seu pai que trabalha numa reserva florestal daquele município. Na tentativa de mostrar-se bonita, Andilândia aplicou batom nos lábios, rouge no rosto e rimel nos olhos e vestiu um conjunto de veludo marrom e camiseta de algodão, podendo ser confundida com uma mulher da cidade.

Julho, os brancos ficam. E começa o confronto

A luta entre o colono Daniel de Almeida Bueno e o kaingangue Waller Sampaio, em Lagoado Grande, a 461 km de Porto Alegre, que lhes provocou ferimentos de facão e foice, constituiu a síntese de um confronto que se vem acentuando desde o último dia 31 de julho, quando expirou o prazo de ocupação, pelos agricultores brancos, de parte das áreas destinadas a quatro das sete reservas indígenas (Guarita, Nonoai, Tapejara e Cacique Dobra). Além da ocupação consentida pela Funai, que há oito anos arrendou 12.308 dos 19.910 hectares do toldo indígena de Nonoai e 4.300 dos 23 mil hectares do toldo de Guarita, no município de Miraguai, o problema se agravou com o ingresso, principalmente na área destinada à primeira reserva, de dezenas de intrusos, famílias de colonos que simplesmente se estabeleceram na área, amparados pelos políticos da região. Segundo o agrônomo Milton Ribeiro, do posto de Guarita, "os políticos insistem que os colonos a permanecem porque os agricultores votam e os índios não".
Na verdade, as hostilidades entre brancos e kaingangues existem alguns remanescentes de guaranis no Rio Grande do Sul, mas são minoria) ocorrem desde o início da invasão e somente não se transformaram em luta de maiores proporções, porque "o chefe do posto tem pedido paciência", conforme acentuou o cacique Alcindo Nascimento, líder dos 1.700

kaingangues de Nonoai, ao explicar que "há cinco anos os índios já queriam lutar para expulsar os brancos". E ele tem um motivo fundamental para exigir a saída dos agricultores da área destinada à reserva: "Quando eu vejo estas crianças — e aponta para um grupo de crianças kaingangues que correm à saída da aula — fico pensando no jeito que elas vão arrumar seu sustento. Se não tiverem terra para plantar, nossos filhos não vão ter o que comer".
Mas, se a preocupação do cacique Alcindo Nascimento é com os alimentos para o futuro, a professora Inês Zanandrea Tressino, que leciona para 19 crianças índias de 9 a 15 anos na sede do posto de Nonoai, já manifesta hoje sua apreensão, devido à falta da merenda escolar para seus alunos. Ela afirma que "embora o currículo seja idêntico ao das escolas estaduais, não posso exigir-lhes o mesmo rendimento que têm os alunos brancos, pois os civilizados são mais bem alimentados. Aqui também distribuímos merenda fornecida pela Campanha da Alimentação Escolar, mas como essa escasseou eu sirvo a merenda em dias alternados".
Como faltou leite em pó, chocolate, massa e coco ralado, e sobrou apenas sopa de feijão, a professora Inês Tressino serviu sopa às crianças na segunda, quarta e sexta-feiras da última semana. Na terça e na quinta-feiras ela substituiu a meia hora da merenda por uma partida extra de futebol.

Entre os índios adultos o orgulho inerente à raça não permitiu uma confissão da ocorrência da fome. Entretanto, embora todos neguem esta dificuldade — inclusive para contestar as acusações de indolência e preguiça feitas pelos arrendatários e invasores — a professora admitiu que "alguns deles devem estar passando fome atualmente. Só os vejo comer canjeia e em pouca quantidade".
De certa forma, os kaingangues de Nonoai foram prejudicados, também, pela administração do posto da Funai. Há dois anos, toda a safra dos produtos cultivados pela granja dos índios foi perdida devido a inexperiência do funcionário destacado para administrar a produção coletiva. Desconhecendo as mínimas regras de agricultura, esse funcionário comprometeu a safra dos índios de Nonoai, com colheitas prematuras, plantação fora de época, enfim, um desastre total. Conta-se pela cidade que o rapaz, com o malogro, andava guastado, tornou-se alcoólatra, e era visto pelos cantos até ser transferido para outra reserva.
Independente deste fato, os indígenas continuam tra-

balhando na lavoura, pelo sistema de "mutirão". Formam uma equipe de 23 lavradores que cultivam três hectares de cada família, geralmente de trigo, soja, milho ou feijão, trabalhando no sistema de rotação. Alguns dias, todos trabalham nos três hectares de uma família, que durante o período de se responsabiliza pela manutenção do grupo, e depois nos três hectares seguintes, e assim sucessivamente, até completar a área de todos. O mutirão é uma consequência do costume de dividir a caça e a pesca, nos tempos da produção extrativa, quando alguns conseguiam alimento, mas todos comiam igualmente.

Um dos motivos que fazem os políticos pressionarem os colonos a permanecerem nas áreas destinadas às reservas se fundamenta na contribuição de sua produção à economia regional. Tanto o prefeito José Reck, do município de Nonoai, como o secretário da Prefeitura de Miraguai, Noedi Rodrigues de Almeida, reconhecem que a transferência dos agricultores para áreas distantes causará prejuízos aos cofres municipais. Se ocorrer a retirada deles da reserva de Guarita, os prejuízos serão de Cr\$ 50 mil, cerca de 10 por cento da receita do município de Miraguai. Em Nonoai, o prefeito diz que na reserva são produzidos 50 mil dos 900 mil sacos de soja, 5 mil dos 80 mil sacos de trigo e 50 mil dos 200 mil sacos de milho, que formam o total produzido pelo município. E, como já fizera o deputado federal emedebista Antonio Bresolin, ao se pronunciar sobre o problema no Congresso Nacional, a 9 de abril último, José Reck e Noedi de Almeida chamam a atenção para as famílias (270 em Miraguai e 260 em Nonoai) de colonos arrendatários, classificando-os de pequenos produtores sem terra e lembrando o grave problema social que pode surgir com sua transferência para outras glebas. No entanto, preferem omitir os casos particulares da família Dalastira, por exemplo, que arrendou 970 hectares da reserva de Nonoai, ou os grandes arrendatários de Miraguai: Arnaldo Rower (310 hectares) e José Chaneski (210 hectares).

Inclusive, são frequentes os comentários de que estes seriam os maiores interessados na permanência da situação atual, porque ganham dinheiro explorando não só a terra, mas a mão-de-obra indígena.
O cacique Sebastião Alfaiate, líder dos 500 guaranis e 1.500 kaingangues do posto de Guarita, em Miraguai, lembrou que a partir do dia 31 de julho último, 60 por cento dos 270 arrendatários haviam se deslocado espontaneamente (algumas famílias tinham ido até para a Argentina) mas, como "os grandes intrusos insistem em ficar na área, alguns inclusive estão criando coragem e voltando devido a permanência dos outros". O líder indígena também manifestou sua reprovação pela estranha aliança entre o prefeito Alcides Gulezewski, de Miraguai, com os dois grandes empresários e arrendatários locais: Arnaldo Rower e José Chaneski.
Para evitar o retorno de alguns arrendatários que já haviam se transferido, antes de expirar o prazo dado pelo governo, pois não imaginavam que ele seria desrespeitado, o funcionário da Funai, Milton Ribeiro, viajou para Três Passos, no último fim de semana, a fim de solicitar o apoio da guarnição local da Brigada Militar, para policiar a área da reserva de Guarita. Conta-se, também, que a força militar sediada em Santa Rosa já havia sido notificada sobre a invasão, há algum tempo, mas o comandante preferiu não interferir no caso.

Em Nonoai, onde o problema é mais grave devido à invasão dos colonos, além do arrendamento irregular, as autoridades não chegam a se preocupar nem com a construção, dia após dia, de novas casas de colonos na área da reserva. No último fim-de-semana, o posto estava abandonado devido à viagem do chefe, Ari Teixeira Martins, que fora a Brasília acertar sua transferência para Ibirama, em Santa Catarina. E o prefeito José Reck, acusado pelos índios de, juntamente com seu ex-cessor, Paulo Rosso, facilitar o ingresso de intrusos, tinha uma estranha versão para a origem do problema. Segundo o prefeito de Nonoai, "a maior invasão ocorreu em 1963, quando os colonos foram estimulados pelo então Serviço de Proteção ao Índio e tiveram o benefício do presidente João Goulart".
Baseado nesta afirmação e não manifestando o mínimo interesse em pelo menos diminuir o problema atual, o qual prefere ignorar, José Reck não vê necessidade de pedir apoio às forças policiais a fim de evitar a continuidade de ingresso de colonos na área da reserva. De acordo com um elemento da Polícia local, que não quis se identificar, "as autoridades sabem que estamos à disposição na medida em que formos solicitados. Mas, aqui, a coisa toda assumiu contornos de uma polifacética que nem é bom comentar".
De qualquer maneira, os indígenas não estão satisfeitos com a nota oficial distribuída

pelo secretário extraordinário do governo estadual, Vilanovo Castilhos, que deu a permanência do posto, até que a comissão da Funai, pelo nome do governo do Estado, apresente suas conclusões. De acordo com professores, missionários e funcionários da própria Fundação, os indígenas depositam grande crédito na Funai, inclusive vendo no general Ismarth Araújo uma autoridade superior ao próprio presidente da República.
Na medida em que confiam nos funcionários da Funai, os kaingangues não admitem serem enganados. Assim, a presença dos agricultores após o dia 31 de julho já foi por si só um desgaste para a Funai.
Hoje, são constantes as ações praticadas pelos índios contra os agricultores. Eles "saltam animais nas plantações, intruam nas lavouras, tiram arados pelos colonos e ameaçam incendiar suas casas. Ao mesmo tempo em que os indígenas demonstram sua inquietude, os agricultores vão para suas lavouras armados. De acordo com Laurindo Emílio e Ernesto Fungue, dois kaingangues da reserva de Guarita, "os colonos não mostram, mas a gente vê que por baixo da camisa eles carregam armas".
A Funai não deixa o índio andar armado — disse um deles —, por isso a gente não carrega arma". E, mostrando suas ferramentas, acrescentou: "A única arma que temos são nossas ferramentas. E isto todos nós temos aqui".